

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2021 – 26.08.2021

1 No vigésimo sexto dia do mês de agosto de 2021, às 14h00m, o Comitê das Bacias Hidrográficas dos
2 Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim – Comitê Guandu/RJ, deu início à 3ª Reunião Ordinária do
3 Plenário do Comitê Guandu/RJ, não presencial, através de plataforma online (Microsoft Teams), tendo
4 como pauta os seguintes assuntos: **1- Abertura e leitura da pauta; 2- Aprovação das minutas de atas**
5 **das reuniões de 04.02, 25.02, 27.05, 28.06 e 19.07; 3 – Aprovação da contratação de empresa**
6 **Gerenciadora/Fiscalizadora para o SANEAR GUANDU; 4 - Aprovação da minuta de Resolução que**
7 **“Institui regras de convivência do Comitê Guandu-RJ e dá outras providências.”; 5 - Aprovação da**
8 **minuta de Resolução que “Dispõe sobre a criação e as diretrizes de funcionamento do Grupo de**
9 **Trabalho de Juventude (GTJ)”;** 6 - **Aprovação de inscrição para preenchimento de vacância: Iguá**
10 **Rio de Janeiro SA – segmento USUÁRIOS e; 7 - Encerramento.** Por não haver quórum na primeira
11 chamada às 13:30hs, a reunião foi iniciada às 14:00hs. **ITEM 1** - Ao iniciar a reunião, o Diretor Marcelo
12 Danilo Bogalhão (ANAGEA/RJ) cumprimentou a todos. Uiera Martins (FONASC) fez colocações, porém
13 seu microfone estava inaudível. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) disse que entendeu pois, Uiera havia
14 encaminhado um documento da FONASC, que foi apreciado pela diretoria, e que ao fim da Planária,
15 receberá um retorno. Tatiana Bastos (IDC) diz ter quatro questões de ordem: com base no artigo 11 inciso
16 6 do RI solicita a prestação de contas do que a diretoria executiva recebe de e-mail ofício e solicitação de
17 inclusão de pauta, para que seja apresentado periodicamente ao Plenário. Ela diz que já fez solicitações
18 e não foi atendida, por isso, solicita a prestação de contas; segundo, questiona como é feita a inclusão de
19 pauta. Tatiana cita o artigo 14 inciso 1 e artigo 11 inciso 7, a solicitação de inclusão de pauta é feita pelos
20 membros, respeitando o prazo. Ela reclama que já solicitou várias inclusões de pauta, e não foi atendida;
21 terceiro, há uma diferença quantitativa de membros em relação ao decreto de criação do Comitê, que cita
22 30 membros, e o atual RI que são 36. Pede esclarecimentos sobre a diferença; e por fim, reclama que a
23 pauta não está sendo disponibilizada com quinze dias de antecedência, conforme artigo 2º, parágrafo 2º
24 do RI. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) solicitou que as questões sejam encaminhadas por escrito para que
25 as respostas sejam estruturadas. Tatiana Bastos (IDC) ressaltou que sem a prestação de contas sobre as
26 solicitações, falta transparência e controle no processo. Ela destacou que só necessário cinco membros
27 quando se trata de inclusão emergencial, fora do prazo, o que não era o caso. Solicitou que se abra a
28 discussão para que o processo seja transparente. Uiera Martins (FONASC) disse concordar com as
29 questões de ordem da Tatiana Bastos (IDC). Disse ainda que o Comitê tem representações em outras
30 organizações e instituições e que esses representantes não dão conta das discussões e decisões em
31 nome do Comitê. Ela pediu maior transparência. Mauro Pereira (Defensores do Planeta) reforçou ainda
32 as questões de ordem da Tatiana Bastos (IDC) e solicitou as prestações de conta, para que os membros
33 possam cobrar e saber o que está sendo solicitado. Fátima Rocha (AGEVAP) esclareceu que as
34 solicitações realizadas pelo Gilvoneick, Tatiana e Uiera, corroboradas pelo Dr José Alexandre Maximino
35 (MPRJ), na Plenária Extraordinária de 03 de agosto de 2021, foram encaminhadas para a CTIL-G que
36 tratará do assunto juntamente com a Assessoria Jurídica, conforme definido na ocasião das solicitações.
37 Os encaminhamentos da Plenária de 19/07/2021 relacionados à barragem foram encaminhados à CTSB
38 que irá dar andamento. A solicitação feita pela Tatiana Bastos (IDC) em relação ao Quórum, em
39 03/08/2021, também será estudado pela CTIL-G junto com a Assessoria Jurídica. As solicitações foram
40 realizadas dentro do prazo. **2- Aprovação das minutas de atas das reuniões de 04.02, 25.02, 27.05,**
41 **28.06 e 19.07:** Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) perguntou se todos leram a minutas e se há contribuições.
42 Fátima Rocha (AGEVAP) informou que recebeu duas solicitações de ajustes às atas. Tatiana Bastos (IDC)
43 em relação a minuta da ata de 29/07/2021 e outra da Mayna Coutinho (CEDAE) 27/05/2021. Fátima disse
44 que as solicitações podem ser colocadas em votação. Uiera Martins (FONASC) fez uma solicitação
45 referente a página 5 da ata da Plenária de 27/05/2021 (2ª Reunião Ordinária). Uiera reclamou que a
46 votação é nominal e na ata está apenas o resultado quantitativo das votações. A mesma solicitou que se
47 registre o voto nominalmente. Tatiana Bastos (IDC) reforçou que a resposta de Fátima Rocha (AGEVAP)
48 não respondeu sua questão em relação a questão de ordem, e gostaria de deixar claro que não houve
49 resposta. Ela afirmou que sobre a ata de fevereiro, que muitos dos atuais membros não participaram,
50 devido a mudança/entrada da nova composição, por isso pediu a retirada da aprovação da minuta da ata
51 de 04/02 e 25/02/2021 deste item de pauta. Nelson Reis (OMA-Brasil) disse que na reunião virtual é
52 necessário que se conste os votos nominais nas atas, conforme solicitado por Uiera. Sobre as atas de

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2021 – 26.08.2021

53 fevereiro, solicitou que os que não participaram da reunião, que não votem. Orlando Pereira (Vale
54 Verdejante) registrou também a questão de ser imprescindível o registro dos votantes, até para que se
55 saiba como foi a posição das entidades em cada item tratado. Sobre as atas, não sugere que haja um
56 voto separado com a opção de “desconhecer a ata”. Gilvoneick de Souza (convidado) questionou o fato
57 do Comitê está debatendo ata de fevereiro. Outra questão é a inclusão de itens de órgãos do Estado do
58 Rio de Janeiro, dizendo que o Colegiado não é um “puxadinho” do Governo. Fátima Rocha (AGEVAP)
59 informou que as atas estão sendo aprovadas nesta reunião por não terem sido apreciadas pelo Plenário
60 na segunda reunião ordinária em maio. Com pautas extensas e solicitações de inversão de pauta, e devido
61 ao alongamento das reuniões, como ocorre neste dia, os membros não conseguem vencer a pauta e caso
62 as discussões continuem se prolongando neste momento, visto o avançar do horário e ainda estar neste
63 item de discussão, estas aprovações de atas serão novamente adiadas, e para a Plenária de dezembro.
64 Sobre as solicitações de item de pauta, Fátima Rocha (AGEVAP) lembra que não são feitas no momento
65 e sim feitas de acordo com o RI, com a solicitação de 48 horas e pedido de substituição por cinco membros.
66 Mesmo respeitando todo o processo, precisa ser aprovada pelo Plenário. Ela destacou se a reunião não
67 avançar hoje, as atas serão aprovadas somente em dezembro. Disse ainda que em relação a ata de
68 04/02/2021, a composição findou e que se ela não for tratada, ficará sem aprovação. (00:34:20) Marcelo
69 Danilo (ANAGEA/RJ) pediu que a votação das atas seja iniciada. Fátima Rocha (AGEVAP) informou que
70 há uma solicitação de Mayna Coutinho (CEDAE) relacionada a ata de 26/05/2021 (2ª RO) e de Tatiana
71 Bastos (IDC) sobre a ata de 19/07/2021 (3ª RE). Na linha 158 da ata da 2ª RO, Mayná Coutinho pediu
72 para corrigir sua fala, que seria: “Mayna Coutinho (CEDAE-saneamento) trouxe as recomendações
73 aprovadas pela CTIL-G sobre as sobre a previsão da reserva orçamentária, que até então não havia
74 embasamento jurídico para a inserção daquele compromisso financeiro e que a CTIL-G recomendou
75 garantir a sustentabilidade de programa ao longo de seu período de duração”. A solicitação de Tatiana
76 Bastos (IDC) que solicitou a inclusão na linha 81 o seguinte trecho: “Tatiana Bastos (IDC) solicita informar
77 a Plenária ao encaminhamento do item dois sobre a audiência pública com a população local”. Marcelo
78 Danilo (ANAGEA/RJ), entendendo que todos receberam todas as atas, solicitou que seja realizada a
79 votação da aprovação do bloco de todas as atas. Fátima Rocha (AGEVAP) iniciou a votação nominal de
80 aprovação de todas as atas: Mayná Coutinho (CEDAE-Saneamento) aprova; Bruna Pessanha (GERDAU)
81 aprova; Celso (FCC) aprova; Sabina (FURNAS) aprova; Ícaro (USS) aprova; Tatiana (IDC) não aprova a
82 ata de 4 de fevereiro de 2021 e aprova as demais; Licínio (FAM-Rio) aprova; Orlando (Vale Verdejante)
83 não aprova a ata de 4 de fevereiro de 2021 por não ter participado e aprova as demais; Mauro (Defensores
84 do Planeta) aprova; Uira (FONASC) não aprova as atas de 04/02 e 19/07 de 2021 e aprova as restantes;
85 Hendrik Mansur (TNC) aprova e pede o registro em ata que está se retirando da reunião neste momento;
86 Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) aprova; Karina Alencar (Abes) aprova; Nelson Reis (Aprova); Ranyere do
87 Nascimento (PM Vassouras) aprova; Andreia Loureiro (PM Queimados) aprova; Evandro Batista (Rio
88 Claro) aprova; Juliana Fusco (PM Mendes) aprova; Luiz Fernando (PM Miguel Pereira) aprova; Zulmira
89 Helena (PM Paracambi) aprova; Mariluce Sudo (Emater-Rio) aprova; Ariane Batista (AMBEV) aprova; Ana
90 Asti (SEAS) aprova; Hélio Vanderlei (INEA) aprova; e Marco Barbosa (CREA/RJ) aprova. A ata de 04/02
91 foi aprovada por 22 a 3; a ata de 19/07 por 24 a 1 e as restantes por unanimidade. Ranyere do Nascimento
92 (PM Vassouras) recomendou que as falas sejam liberadas quando estas forem dentro dos itens discutidos
93 pois o Colegiado tem perdido muito tempo misturando assuntos dentro das pautas, fazendo com que os
94 itens não sejam vencidos. **Item 3 – Aprovação da contratação de empresa**
95 **Gerenciadora/Fiscalizadora para o SANEAR GUANDU.** Caroline Lopes (AGEVAP) iniciou a
96 apresentação informando que o item é correlato ao programa Sanear Guandu, tratando-se de uma
97 gerenciadora para as obras do programa. Explicou que o contexto do programa é fruto do Plano
98 Estratégico de Recursos Hídricos, e do Manual Operativo do Plano, com as ações de curto prazo (4 anos).
99 Caroline Lopes (AGEVAP) disse que trata-se da agenda de esgotamento sanitário, que traz duas ações
100 macro, a primeira é a abertura de edital para chamamento de municípios para a evolução das estruturas
101 de esgotamento em cada região e a contratação de uma empresa que fará o acompanhamento das obras
102 previstas no projeto Saneamento Rural. Dentro das discussões o Comitê gerou a resolução 159/2021, que
103 institui o programa Sanear Guandu, e inclui 13 municípios, pois dois não tinham áreas rurais dentro da
104 RH-II. No total serão 94 frentes de obras dentro das áreas rurais e periurbanas. A empresa contratada

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2021 – 26.08.2021

105 será responsável pela mobilização, fiscalização, apoio aos municípios (documentação), e capacitação
106 sobre o uso dos sistemas. Por serem para aglomerados rurais são sistemas de pequeno porte. Daiana
107 Gelelete (AGEVAP) elaboradora do Termo de Referência, assumiu a apresentação e informou que, como
108 foi apresentado, a empresa será responsável pelo acompanhamento administrativo, implementação de
109 acompanhamento administrativo dos contratos que é a organização de toda a documentação dos projetos,
110 e implantar e operar um Sistema de Informações Gerenciais que propicie o acompanhamento de todas as
111 ações necessárias para o adequado acompanhamento das obras; acompanhamento técnico dos contratos
112 , que inclui adequar projetos técnicos a fim de viabilizar a contratação e execução das obras e, elaborar
113 orçamentos, cronogramas físicos-financeiros, preenchimento de planilhas da CAIXA, projetos
114 topográficos, termos de referências, declarações, detalhamento de quantitativos, entre outros.;
115 gerenciamento e fiscalização das obras, onde a empresa contratada deverá executar as atividades
116 referentes ao gerenciamento e fiscalização das obras, conforme definido no Relatório do TCU - Obras
117 Públicas, Recomendações Básicas para a Contratação e Fiscalização de Obras de Edificações Públicas
118 (Tribunal de Contas da União, 4ª edição, Brasília, 2014); e por fim, a assistência técnica aos municípios,
119 que é apoiar na execução de cadastro e avaliação imobiliária de propriedades, quando houver
120 necessidade de alterações de áreas e/ou traçados devido a interferências (regularização imobiliária) ou
121 alterações de projeto. Daiana Gelelete (AGEVAP) apresentou a equipe técnica permanente prevista pelo
122 Termo de Referência, sendo: um (1) Engenheiro Sênior - Engenharia Civil, ou Engenharia civil com ênfase
123 em saneamento, ou Engenharia Sanitária; dois (2) Engenheiros Plenos - Engenharia Civil, ou Engenharia
124 civil com ênfase em saneamento, ou Engenharia Sanitária; quatro (4) Engenheiros Júnior - Engenharia
125 Civil, ou Engenharia civil com ênfase em saneamento, ou Engenharia Sanitária ou Engenharia Ambiental
126 e Sanitária; quatro (4) Técnicos de Obras - nível técnico em edificações, saneamento ou áreas correlatas
127 ; dois (2) Analistas administrativo - Nível médio; um (1) Assistente Social e; um (1) Pedagogo. A equipe
128 de consultores contará com um advogado, um engenheiro orçamentista e um contador. Os produtos estão
129 especificados como plano de trabalho, relatoria administrativa e de vistoria, relatórios mensais e finais.
130 Dentro desses produtos serão realizadas a fiscalização das obras, a análise legal e ambiental e os boletins
131 de medição para o pagamento da obra. Daiana Gelelete (AGEVAP) explica que a mobilização social será
132 realizada antes das obras, para a adesão da população ao programa e após, com a capacitação da
133 sociedade quanto aos cuidados com o sistema e a realização de oficinas, já que as soluções serão para
134 pequenos aglomerados e algumas individuais. Daiana Gelelete (AGEVAP) encerrou a apresentação
135 informando que o prazo de vigência do contrato será de 22 meses e o valor orçado para execução das
136 atividades definidas nesse Termo de Referência é de R\$ 5.020.458,72. Marco Antonio (CREA/RJ) disse
137 que não entendeu alguns pontos no Termo de Referência. Ele disse que serão vinte funcionários
138 contratados e um valor de cinco milhões e diz que esses números exigem muito cuidado. Ele perguntou
139 quem fará a leitura e avaliação dos relatórios, nas câmaras ou pelos especialistas da AGEVAP. Ele
140 ressaltou que é necessário um controle efetivo do Colegiado. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) respondeu
141 que todas as ações serão analisadas pelo corpo técnico da AGEVAP e depois apresentado aos membros
142 da Plenária em grupo de trabalho ou Câmara Técnica. Caroline Lopes (AGEVAP) complementou que na
143 resolução do sanear há um artigo que diz que os relatórios serão debatidos pela Câmara Técnica de
144 Saneamento Básico. Marco Antonio (CREA/RJ) perguntou se o acompanhamento é mensal ou anual.
145 Daiana Gelelete (AGEVAP) respondeu que a Câmara Técnica é mensal. Uiara Martins (FONASC)
146 perguntou se o que foi apresentado é um Termo de Referência. Daiana Gelelete (AGEVAP) respondeu
147 que sim. Uiara Martins (FONASC) diz que não viu um formato de Termo de referência. Daiana Gelelete
148 (AGEVAP) diz que o que foi apresentado é o escopo do Termo de Referência. Uiara Martins (FONASC)
149 respondeu que não pode aprovar um Termo sem analisá-lo, e que o documento precisa ser elaborado por
150 um técnico, com todos os requisitos, e que deve ficar claro quem fiscaliza o projeto e quem fiscaliza o
151 contrato. Assim, solicitou a retirada de pauta até que se apresente o Termo de Referência. Marcelo Danilo
152 (ANAGEA/RJ) informou que, para que não haja conflitos de interesse, os Termos de Referência não são
153 apresentados na íntegra. Caroline Lopes (AGEVAP) reforçou que o termo de referência é um documento
154 sigiloso até a data da sua publicação, pelo princípio da isonomia e transparência. Esse sigilo é previsto
155 pelo contrato de gestão. Ressaltou que o Termo de Referência foi elaborado pela Daiana Gelelete,
156 engenheira ambiental formada na PUC e aprovada por ela mesma, Caroline Lopes, Engenheira Ambiental

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2021 – 26.08.2021

157 formada pela UFF, como também previsto pelo Contrato de Gestão. Uiara Martins (FONASC) então pediu
158 para que não se cite “Termo de Referência” no item de pauta. Daiana Gelelete (AGEVAP) afirmou que o
159 item é “apresentação do escopo do termo de referência”. Ana Asti (SEAS) disse que a contratação já
160 estava prevista pelo PAP e que a diretoria quis trazer todo o processo à Plenária, em nome da
161 transparência, e que a contratação é fundamental para que o grande projeto do Comitê aconteça.
162 Ressaltou que todos os municípios já assinaram o Termo de Cooperação do Sanear Guandu para que o
163 programa avance. Parabenizou a Plenária pelo programa que vai beneficiar milhares de famílias que não
164 tem acesso ao saneamento e, afirmou mais uma vez, a importância da contratação dessa gerenciadora.
165 Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) lembrou ainda que todo o processo pode ser acompanhado por toda a
166 população pelo SIGA-Guandu, da AGEVAP. Gilvoneick Souza (Convidado) disse ver um problema do
167 acompanhamento pela CTSB pois a instância não irá à obra dizendo que o relatório não constará erros
168 ou ausências da própria gerenciadora. Questionou ainda sobre a manutenção que, segundo ele, deve ser
169 contrapartida do município, para que esse não seja dependente do Comitê. Orlando Pereira (Vale
170 Verdejante) diz que não viu na apresentação da equipe técnica do processo de divulgação para sustentar
171 as atividades de mobilização social, e ainda sobre o controle de gerenciadora. Diz também não ter visto
172 da apresentação a lista com as 94 frentes de obras e suas contrapartidas. Ele questionou de onde sairá
173 os recursos da manutenção. Diz se preocupar pelo tamanho da empresa contratada e quem fiscalizar os
174 encargos trabalhistas. Diz que a apresentação precisa ter todos os detalhes que possam ser aprovados
175 pelo Colegiado. Caroline Lopes (AGEVAP) disse que entende as questões do Orlando referente aos
176 encargos trabalhistas. Informou que houve a preocupação e por isso há a obrigação de um contador para
177 provar que os pagamentos e encargos gerais estão sendo realizados. Sobre o acompanhamento de
178 campo, essa é a justificativa de uma equipe robusta, com a empresa que fará o boletim de medição, uma
179 fiscalização desse boletim e a própria prefeitura através do acordo de cooperação técnica. Afirmou que
180 foram gerados diversos mecanismos para acabar com os gargalos na fiscalização. Sobre a mobilização,
181 um dos caminhos é justamente a capacitação de atores locais, além do uso de carros de som e outras
182 ferramentas de comunicação. Além da elaboração de cartilhas, plantões sociais dentro da prefeitura e
183 outras ações que contribuem com a mobilização. Daiana Gelelete (AGEVAP) informou que a resolução
184 159/2021, estruturada e aprovada pelo Colegiado, traz todas as 94 frentes e a responsabilidade de cada
185 ente: AGEVAP, município, Comitê, empresa fiscalizadora e empresa gerenciadora, e como cada um deles
186 atuará para a fluidez do projeto e os resultados esperados. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) reforçou que
187 todas as etapas são apresentadas ao Comitê. Ressaltou ainda a questão social do projeto, com
188 envolvimento social nas localidades. Uiara Martins (FONASC) reclamou que a documentação enviada aos
189 membros constava “Termo de Referência” e pediu que conste em ata que sua fala foi distorcida. Ela pediu
190 consideração ao membro do Colegiado e solicitou a gravação desta reunião. Tatiana Bastos (IDC) pediu
191 que o orçamento seja colocado em tela, e reclamou que voltou na reunião da CTSB realizada em
192 20/05/2021 que a IDC estava representada pela Cristina, e viu que o escopo apresentado e aprovado está
193 diferente. Ela afirmou que no apresentado a CTSB a equipe técnica permanente contava com sete
194 profissionais e agora são dez. Ela disse que pressupõe que o apresentado hoje foi o aprovado na CTSB.
195 Ressaltou uma grande variação de equipe e por isso que seja debatido, devido ao montante envolvido.
196 Tatiana Bastos (IDC) disse que pelo diagrama apresentado não entende de fato qual é o escopo da
197 apresentação. Ressaltou que a contratação é importantíssima mas que esses detalhes sejam debatidos.
198 Daiana Gelelete (AGEVAP) explica que houve uma reavaliação e na CTSB havia sido previsto só
199 engenheiro júnior e foi verificado que seria válido diminuir as horas do engenheiro júnior e inserir o trabalho
200 de técnicos, que de fato vão ao local das obras e dão o suporte técnico e operacional ao Engenheiro
201 responsável. Ela ressaltou que essa mudança diminuiu o teto do projeto em cerca de quatrocentos mil
202 reais. Daiana Gelelete (AGEVAP) abriu a planilha orçamentária do Termo de Referência e mostrou aos
203 membros todos os detalhes referentes ao ato convocatório, incluindo os custos de mão-de-obra, previstos
204 pela tabela DNIT e todos os encargos e demais custos (veículos, escritório, internet, carro de som, material
205 gráfico, etc). Tatiana Bastos (IDC) pediu para que as duas planilhas sejam apresentadas. Daiana Gelelete
206 (AGEVAP) apresentou que a hora/trabalho do engenheiro júnior custa R\$ 63,48 e que a do técnico custa
207 R\$ 19,65, por isso a redução de cerca de quatrocentos mil reais. Além disso, houve a mudança de um
208 para dois engenheiros plenos, pois são os responsáveis pela assinatura das ARTs, de modo que consigam

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2021 – 26.08.2021

209 acompanhar todas as frentes. Tatiana Bastos (IDC) perguntou se então a equipe que era mais robusta,
210 ficou mais numerosa. Caroline Lopes (AGEVAP) respondeu que devido ao número de frentes, a
211 senioridade não seria tão importante quanto o número de profissionais para fazer o acompanhamento.
212 Tatiana Bastos (IDC) pediu para que as apresentações e mudanças não ocorram mais dessa forma e que
213 a urgência não atropela a democracia. Disse que o Comitê deve analisar o orçamento, sempre. Ela se diz
214 satisfeita com a resposta. Hélio Vanderlei (INEA) se diz satisfeito pela participação democrática no Comitê,
215 sempre com muito respeito. Ele ressaltou que a apresentação deve ser mais detalhada, incluindo a
216 questão financeira. Disse que a primeira coisa a ser apresentada seria a mudança ou a reorganização do
217 corpo técnico. Sobre o que foi dito pelo Gilvoneick (convidado) disse que o INEA sempre respeita os
218 processos administrativos do Comitê, e nunca atropela prazos ou outros membros do colegiado em suas
219 solicitações. Registrou ainda que a partir deste momento se ausentará da Plenária. José Arnaldo dos
220 Anjos (convidado – PM Nova Iguaçu) parabenizou a todos pela construção e as falas da Tatiana, pela
221 contribuição. Ele disse que o debate sobre o acesso ao Termos de referência é antigo. Segundo José
222 Arnaldo, na clausula terceira, item 1, parágrafo segundo do Contrato de Gestão 03/INEA diz que cabe a
223 AGEVAP apoiar a elaboração dos Termos de Referência que deverão ser aprovados pelo Colegiado. Em
224 seu entendimento, o Plenário deve ter acesso ao termo de referência. Ele questiona Parecer
225 100/JUR/AGEVAP/2020 que ressalta a importância do sigilo, e diz que no Plano de Mata Atlântica, os
226 membros tiveram acesso aos Termos, sob condição de se declararem impedidos por escrito, e que
227 contribuíram com uma melhora significativa dos documentos. Ele sugeriu que as prefeituras sejam
228 envolvidas no acompanhamento, na fiscalização e na manutenção das obras. Ele agradeceu ainda ao
229 Comitê e ao Governo do Estado, o aceite da participação do Município de Nova Iguaçu devido aos trâmites
230 internos que atrasaram a assinatura do Termo de Cooperação. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) agradeceu
231 a participação e contribuição de todos e pediu para que o item seja colocado em votação. Marco Antonio
232 (CREA/RJ) perguntou se há Quórum para a votação. Daiana Gelelete (AGEVAP) confirmou o quórum e
233 conduziu a votação nominal: Mariluce Sudo (EMATER-Rio), Zulmira Helena (PM Paracambi) e Ana Asti
234 (SEAS) deixaram registrado no chat a aprovação, que foi computada; Celso Rodrigues (FCC) aprova;
235 Tatiana Bastos (IDC) aprova e pede o registro separado dos votos adiantados; Orlando Pereira (Vale
236 Verdejante) diz que prefere descrever o voto no chat, onde aprovou fazendo considerações; Mauro Pereira
237 (Defensores do Planeta) aprova; Uiara Martins (FONASC) não aprova devido a forma que foi apresentada;
238 Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) aprova; Karina Alencar (Abes) aprova; Nelson Reis (OMA-Brasil) aprova;
239 Ranyere do Nascimento (PM Vassouras) aprova; Andreia Loureiro (PM Queimados) aprova; Luiz
240 Fernando Carvalheira (PM Miguel Pereira) aprova; Marco Antonio (CREA/RJ) aprova. Daiana Gelelete
241 (AGEVAP) anunciou que no total foram quinze votos à favor, pela aprovação, do escopo do termo de
242 referência e um contra. Ela registrou em ata, atendendo o pedido de Tatiana Bastos (IDC) que Mariluce
243 Sudo (EMATER-Rio), Zulmira Helena (PM Paracambi) e Ana Asti (SEAS) deixaram registrado no chat a
244 aprovação, que foi computada. **Item 4 - Aprovação da minuta de Resolução que “Institui regras de
245 convivência do Comitê Guandu-RJ e dá outras providências”.** Daiana Gelelete (AGEVAP) iniciou a
246 leitura da minuta da resolução. Uiara Martins (FONASC) disse que no artigo segundo, alínea C, sobre
247 usar poderes e prerrogativas do Comitê para constranger a pessoa. Solicita a mudança da alínea C, por
248 ter passado por essa situação em 2019 para que nada aconteça sem o conhecimento do colegiado e seus
249 envolvidos. Gilvaneick Souza (convidado) relatou que no item 26 do RI do Comitê diz que o Diretor
250 Executivo não cumpri-lo, o Plenário pode afastá-lo. Ele sugeriu a expulsão sumária do membro neste item,
251 baseando-se no artigo 26 para agilizar o processo. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) sugeriu que a pauta seja
252 reencaminhada para CTIL-G para análises e reconstruções. O encaminhamento foi aprovado por
253 aclamação/unanimidade. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) sugeriu que o item cinco seja pulado para o item
254 seis. Mauro Pereira (Defensores do Planeta) pediu conferência de quórum. Fátima Rocha (AGEVAP)
255 informou que há treze membros presentes, tendo quórum. Por não haver oposição, a reunião seguiu para
256 o item 6. **Item 6 - Aprovação de inscrição para preenchimento de vacância: Iguá, Reduc e Águas do
257 Rio – segmento USUÁRIOS.** Fátima Rocha (AGEVAP) informou que há vagas no segmento usuários de
258 água: uma vaga de suplência em sistema guandu de abastecimento; duas vagas de suplência em serviços
259 de saneamento dos municípios da bacia; duas vagas de suplência em indústria; duas de suplência em
260 agropecuária; três vacâncias em geração de energia; duas titularidades e duas suplências em sistema de

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2021 – 26.08.2021

261 transposição de bacia e mineração. Ela lembrou que o regimento interno permite o segmento, quando há
262 vagas, faça uma redistribuição das vagas entre os setores. Essa decisão é do segmento. Marcelo Danilo
263 (ANAGEA/RJ) ressaltou que os proponentes passaram pelos mesmos processos exigidos no edital do
264 processo eleitoral. Fátima Rocha (AGEVAP) ressaltou que Iguá, Reduc e Águas do Rio atenderam a todas
265 as exigências para ingressar no colegiado. Mauro Pereira (Defensores do Planeta) perguntou se as
266 empresas vão se apresentar e questionou o fato de alguns proponentes não estarem mais presentes na
267 reunião. Ele pediu minimamente uma apresentação, como é feito pelos outros membros. Fátima Rocha
268 (AGEVAP) informou que estavam presentes, e que a Águas do Rio enviou mensagem informando que
269 precisaria sair às 16h30, horário previsto para o fim da reunião. Raira (Reduc) se apresentou, dizendo que
270 atua na empresa há 10 anos e que nunca participou de um colegiado de bacia. Fátima Rocha (AGEVAP)
271 informou que os representantes da Iguá e Águas do Rio não estão mais presentes pelo avançar da hora.
272 Karine Alencar (Abes) ressaltou a importância de Iguá e Águas do Rio serem aceitos pela importância das
273 duas empresas no saneamento do Estado com o novo arranjo. Ela pediu para que as apresentações
274 sejam feitas posteriormente. Mayná Coutinho (CEDAE – Saneamento) diz ser importante a participação
275 destas organizações e não considera justo serem punidos com a não aceitação já que quem não cumpriu
276 o horário foi a Plenária e que eles se apresentem na próxima oportunidade. Mauro Pereira (Defensores
277 do Planeta) disse que concorda com a fala da Mayná, mas pediu o registro em ata que qualquer instituição
278 que queira se candidatar a uma vaga no Comitê, que respeitem o rito, fazendo uma apresentação à
279 Plenária. Campagnani (Furnas) disse achar importante a participação das organizações e sugeriu que a
280 Reduc ocupe uma vaga de titular e que as concessionárias sejam colocadas em suplência já que não
281 estão presentes. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) aceitou a sugestão e perguntou se a Plenária se opõe.
282 Ninguém se manifestou contrário. A Reduc então ocupou a titularidade em sistema de transposição. Em
283 relação a demanda da Uiara Martins (FONASC), Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) disse que sua
284 representante solicitou uma menção partindo do Comitê. A diretoria solicitou que Uiara apresente na
285 próxima reunião uma defesa do documento, pois os membros da diretoria colegiada tiveram dificuldade
286 de entender a origem e os objetivos da demanda. Encaminhamento: enviar documento para uma
287 apresentação formal da FONASC, com dia, horário e instância. Fátima Rocha (AGEVAP) lembrou aos
288 membros que o cadastro para a formação em educação ambiental está aberto até seis de setembro.
289 Antonio Mendes (AGEVAP) ressaltou que a primeira turma é exclusiva ou preferencial - caso não ocupem
290 todas as quarentas vagas – aos membros do Comitê e que as outras turmas serão voltadas aos gestores
291 municipais. Gilvoneick Souza (convidado) questionou se haverá vagas para não membros da sociedade
292 civil. Mauro Pereira (Defensores do Planeta) respondeu que os não membros não serão deixados para
293 trás. Marco Antonio (CREA/RJ) parabenizou Marcelo Danilo pela condução e reclamou das seis horas de
294 reuniões do Comitê e diz entender as pessoas que não podem ficar até o final. Ele diz que todos ficam de
295 saco cheio, perdem o foco, a objetividade e isso impacta na qualidade das reuniões. Sabina Campagnani
296 (FURNAS) disse que gostaria de sugerir pausas de 20 minutos para que os membros possam levantar, ir
297 ao banheiro e descansar as vistas. Nelson Reis (OMA-Brasil) disse que precisam ser estabelecidos termos
298 que garantem uma participação tranquila e objetiva, pois já solicitou suspensão de pauta e no Colegiado
299 não é aceito. Gilvoneick Souza (Convidado) reclamou que as reuniões estão com muitas demandas e
300 várias delas atrasadas. Ele sugere foco nas discussões. **ENCAMINHAMENTOS: 1 – Constar nas atas os votos nominais, para que se atenda ao que foi determinado na resolução de reuniões por videoconferência, que define que as votações devem ser nominais. Assim, constar o voto de cada instituição; 2 – Registrar em ata os votos à contratação da gerenciadora/fiscalizadora deixados no chat por membros que precisaram se ausentar antes da votação; 3 – Enviar a discussão sobre a minuta de resolução sobre convivência para retorno dos debates na CTIL-G. Uiara Martins questionou sobre emissão de documentos por parte da diretoria sem aprovação da Plenária, Item que trata sobre usar poderes (Artigo 2º alínea c) e demais pontos levantados; 4 – Adiar o item que trata da minuta de resolução sobre o GT Juventude para aprovação em uma próxima Plenária; 5 – Aprovar na próxima plenária a redistribuição de vagas para as instituições IGUA e AEGEA, e solicitar que as novas instituições se apresentem à Plenária.** O diretor Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) agradeceu aos presentes e encerrou a reunião às 18h01min. Eu, Antonio Mendes de Souza Junior, tomei a termo esta ata que segue assinada por:

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2021 – 26.08.2021

313

314

315

Paulo de Tarso de Lima Pimenta (FIRJAN)
Diretor Geral

Andreia Loureiro (P.M. Queimados)
Diretora Executiva

316

317

Membros Presentes:

318 Mayná Coutinho (CEDAE Saneamento); Celso Rodrigues da Silva Junior (FCC); Bruna Pessanha do
319 Nascimento (GERDAU); Paulo de Tarso de Lima Pimenta (FIRJAN); Sabina Campagnani (FURNAS);
320 Tatiana Quintela de Azeredo Bastos (IDC), Licínio Machado Rogério (FAM-Rio), Uíara Martins (FONASC),
321 Marcelo Danilo da Silva Bogalhão (ANAGEA/RJ); Karina Alencar (ABES/RJ), Nelson Rodrigues dos Reis
322 Filho (OMA-Brasil), Orlando Pereira (Vale Verdejante); Hendrik Mansur (TNC); Ranyere do Nascimento
323 de Souza (P.M Vassouras), Andreia Loureiro (P.M. Queimados); Mário Luiz Dias (PM Piraí); Evandro
324 Batista (P.M. Rio Claro), Juliana Fusco Pachani (P.M Mendes), Luiz Fernando Carvelheira (P.M Miguel
325 Pereira), Zulmira Helena Xavier (P.M Paracambi), Leonardo Gonçalves Machado (PM Mangaratiba),
326 Mariluci Sudo Martelleto (EMATER-Rio), Ana Larronda Asti (SEAS/RJ), Hélio Vanderlei Coelho Filho
327 (INEA), Marco Antonio Barbosa (CREA/RJ), Ana Maria Luna de Oliveira (Rio águas), Adriane Sales
328 Pereira (PM Seropédica), Ariane Batista de Andrade (AMBEV) e Felipe Magalhães Grandi Machado (FAB
329 Zona Oeste).

330

Convidados:

331 Gilvoneick de Souza (Instituto Socioambiental); Fátima Rocha (AGEVAP); Antonio Mendes (AGEVAP);
332 Eduarda Faria (AGEVAP); Daiana Gelelete (AGEVAP); Caroline Lopes (AGEVAP); Leandro Oliveira
333 (AGEVAP), Rayssa Duarte (Assessoria Jurídica), Bruno Rosa (Ternium), Carla Moutinho (P.M. Itaguaí),
334 Luiz Couto (AEGEA), Rayra Auler (REDUC), Gilvoneick Souza (Instituto Socio ambiental), Ana Caroline
335 Rodrigues (Ambev), Frederico Pinheiro (SEMADETUR) e, Juliana Jeronimo (convidada).